



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU DA 5ª REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
Subseção Judiciária de Arcoverde
Seleção Pública de Estagiários para Área Jurídica

1. Esta prova é composta por 44 (quarenta e quatro) questões objetivas e 01 (uma) questão subjetiva. Verifique se todas as folhas estão contidas. Em caso de irregularidade, comunique imediatamente ao fiscal de prova.
2. Aguarde autorização para abrir o caderno de prova.
3. A interpretação das questões é parte do processo de avaliação, não sendo permitidas perguntas aos Fiscais.
4. Após a conferência do nome do candidato, assine a prova no local indicado. A prova objetiva é composta por questões de múltipla escolha, em que há somente uma alternativa correta. Transcreva para o gabarito o resultado que julgar correto em cada questão, preenchendo o quadrado correspondente com caneta esferográfica de tinta preta ou azul.
5. No gabarito a ser preenchido, anulam a questão: a marcação de mais de uma alternativa em uma mesma questão, rasuras ou preenchimento de lápis. Em caso de erro, não haverá substituição do gabarito por outro.
6. Não serão permitidos empréstimos de materiais, consultas e comunicações entre os candidatos, tampouco o uso de livros, cadernos e outros materiais.
7. Aparelhos eletrônicos, tais como celulares, relógios digitais, computadores devem permanecer desligados enquanto o candidato realizar a prova. O uso de bonés e óculos escuros está proibido.
8. Ao concluir a prova, permaneça em seu lugar e comunique ao Fiscal.
9. A prova terá a duração de 4 (quatro) horas, devendo o candidato durante este tempo também preencher o gabarito. Prorrogações não serão permitidas.
10. O descumprimento de quaisquer dessas normas, inclusive aquelas previstas em edital, poderá acarretar na exclusão do candidato do certame.

DIREITO CONSTITUCIONAL

1) (TRE/AP-2011) Bernardino foi preso, porém os policiais que o prenderam estavam encapuzados sendo impossível identificá-los. Segundo a Constituição Federal, Bernardino

(A) não tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão, porque no caso prevalece a segurança dos policiais.

(B) tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão.

(C) tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão apenas no ato do seu interrogatório em juízo e desde que a tenha requisitado à autoridade judiciária, sob pena de preclusão, medida essa preventiva à segurança dos policiais e para evitar a prescrição penal.

(D) não tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão porque a Constituição Federal confere aos policiais o direito de sigilo independentemente do motivo.

(E) tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão, desde que no seu depoimento pessoal prestado à autoridade policial, a tenha requisitado, sob pena de preclusão, porque é irrelevante saber quem o prendeu com o fim de evitar a ocorrência da prescrição penal.

2) (TRE/TO-2011) Fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar é competência

(A) comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

(B) privativa da União.

(C) concorrente da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

(D) privativa dos Estados e do Distrito Federal.

(E) privativa dos Municípios.

3) (TRE/TO-2011) O número de Deputados à Assembleia Legislativa corresponderá ao triplo da representação do Estado na Câmara dos Deputados e, atingido o número de

(A) vinte e quatro, será acrescido de tantos quantos forem os Deputados Federais acima de doze.

(B) vinte e quatro, será acrescido de tantos quantos forem os Deputados Federais, sem qualquer restrição.

(C) trinta e seis, só será permitida a substituição através de suplentes regularmente inscritos.

(D) trinta e seis, será acrescido de tantos quantos forem os Deputados Federais acima de doze.

(E) quarenta e dois, só será permitida a substituição através de suplentes regularmente inscritos.

4) (TRE/PE-2011) O Poder Constituinte derivado decorrente consiste

(A) no estabelecimento da primeira Constituição de um novo país.

(B) na possibilidade de alterar-se o texto constitucional do país, respeitando-se a regulamentação especial prevista na própria Constituição Federal.

(C) na possibilidade dos Estados membros de se auto organizarem através de suas Constituições Estaduais próprias, respeitando as regras limitativas da Constituição Federal.

(D) no estabelecimento de uma Constituição posterior de um velho país.

(E) no fato de não estar sujeito a qualquer forma prefixada para manifestar a sua vontade.

5) (TRE/PE-2011) Maximiliano, Governador de Estado, foi acusado da prática de crime comum e preso, desejando ingressar com *habeas corpus* para ser libertado, cujo remédio constitucional será processado e julgado originariamente pelo

(A) Tribunal Regional Eleitoral competente do seu Estado de origem.

(B) Supremo Tribunal Federal.

(C) Superior Tribunal de Justiça.

(D) Tribunal de Justiça competente do seu Estado de origem.

(E) Tribunal Superior Eleitoral.

6) (TRF-2ª Região/2012) Minotauro é presidente do Brasil e Golias é o Vice-Presidente. Minotauro faleceu na semana passada de ataque cardíaco e Golias faleceu ontem em um trágico acidente de trânsito. Assim, diante da vacância de ambos os cargos, na ordem sucessiva prevista na Constituição Federal brasileira, será chamado primeiramente ao exercício da Presidência o

(A) Presidente do Senado Federal.

(B) Presidente da Câmara dos Deputados.

(C) Presidente do Supremo Tribunal Federal.

(D) Ministro das Forças Armadas.

(E) Procurador-Geral da República.

7) (TRE/RN-2011) Maurício, Alice, Roberto e Ronaldo são irmãos e almejam cargos públicos eletivos. Maurício tem vinte e um anos de idade; Alice tem trinta anos de idade; Roberto tem trinta e três anos de idade e Ronaldo tem trinta e cinco anos de idade. Nestes casos, com relação à condição de elegibilidade relacionada à idade, pode(m) concorrer ao cargo de Governador do Estado do Rio Grande do Norte

(A) Alice e Roberto, apenas.

(B) Ronaldo, apenas.

(C) Maurício, Alice, Roberto e Ronaldo.

(D) Roberto e Ronaldo, apenas.

(E) Alice, Roberto e Ronaldo, apenas.

8) (TRE/RN-2011) Considere:

I. Direito Civil.

II. Direito Penal.

III. Organização judiciária da Defensoria Pública do Distrito Federal.

IV. Direito Urbanístico.

De acordo com a Constituição Federal brasileira, compete privativamente à União legislar sobre os temas indicados APENAS em

- (A) I, III e IV.
- (B) II, III e IV.
- (C) I, II e III.
- (D) I e II.
- (E) II e IV.

DIREITO ADMINISTRATIVO

9) (TRE/AP-2011) A conduta do agente público que se vale da publicidade oficial para realizar promoção pessoal atenta contra os seguintes princípios da Administração Pública:

- (A) razoabilidade e legalidade.
- (B) eficiência e publicidade.
- (C) publicidade e proporcionalidade.
- (D) motivação e eficiência.
- (E) impessoalidade e moralidade.

10) (TRT/ 23ª Região-2011) No que se refere à anulação, revogação e convalidação do ato administrativo pela Administração Pública, é correto afirmar que

- (A) o ato administrativo produzido com vício relativo à finalidade é passível de convalidação pela Administração.
- (B) a revogação do ato administrativo é o ato discricionário pelo qual a Administração extingue um ato inválido, por razões de conveniência e oportunidade.
- (C) a anulação do ato administrativo é o desfazimento do ato administrativo por razões de ilegalidade.
- (D) a convalidação é o ato administrativo pelo qual é suprido vício existente em um ato ilegal, produzindo efeitos *ex nunc*.
- (E) a revogação do ato administrativo poderá atingir os atos discricionários, bem como aqueles que já exauriram seus efeitos.

11) (TRT/23ª Região-2011) Sobre o controle e responsabilização da Administração Pública, é INCORRETO afirmar:

- (A) Ao Poder Judiciário é vedado apreciar o mérito administrativo e, ao exercer o controle judicial, está restrito ao controle da legitimidade e legalidade do ato impugnado.
- (B) Controle Administrativo é o poder de fiscalização e correção que a Administração Pública exerce sobre sua própria atuação, sob os aspectos de legalidade e mérito, por iniciativa própria ou mediante provocação.
- (C) O Controle que o Poder Legislativo exerce sobre a Administração Pública tem que se limitar às hipóteses previstas na Constituição Federal, sob pena de afronta ao princípio de separação de poderes.

(D) No Controle Judicial, o Poder Judiciário exerce o poder fiscalizador sobre a atividade administrativa do Estado, alcançando, além dos atos administrativos do Executivo, atos do Legislativo e do próprio Judiciário quando realiza atividade administrativa.

(E) O Controle Legislativo alcança os órgãos do Poder Executivo, as entidades da Administração Indireta, mas jamais o Poder Judiciário, mesmo quando este último executa função administrativa.

12) (TRE/RN -2011) Constitui ato de improbidade administrativa causador de lesão ao erário:

(A) deixar de prestar contas quando esteja obrigado a fazê-lo.

(B) retardar, indevidamente, ato de ofício.

(C) frustrar a licitude de concurso público.

(D) permitir que chegue ao conhecimento de terceiro, antes da respectiva divulgação oficial, teor de medida política ou econômica capaz de afetar o preço de mercadoria, bem ou serviço.

(E) agir negligentemente no que diz respeito à conservação do patrimônio público.

13) (TRF/1ª Região-2011) NÃO é considerada característica da sociedade de economia mista

(A) a criação independente de lei específica autorizadora.

(B) a personalidade jurídica de direito privado.

(C) a sujeição a controle estatal.

(D) a vinculação obrigatória aos fins definidos em lei.

(E) o desempenho de atividade de natureza econômica.

14) (TJ/RJ-2012) O Poder Público contratou, na forma da lei, a prestação de serviços de transporte urbano à população. A empresa contratada providenciou todos os bens e materiais necessários à prestação do serviço, mas em determinado momento, interrompeu as atividades. O Poder Público assumiu a prestação do serviço, utilizando-se, na forma da lei, dos bens materiais de titularidade da empresa. A atuação do poder público consubstanciou-se em expressão do princípio da

(A) continuidade do serviço público.

(B) eficiência.

(C) segurança jurídica.

(D) boa-fé.

(E) indisponibilidade do interesse público.

15) (Agente Técnico Legislativo/SP- 2010) A regra da responsabilidade objetiva do Estado exige, segundo a previsão constitucional correspondente, que o dano seja causado por agente público que atue nessa qualidade, sendo considerados agentes públicos

(A) os servidores públicos, os agentes políticos e os particulares que atuam em colaboração com o poder público.

- (B) apenas aqueles que atuam investidos em cargos, funções, mandatos ou comissões, por nomeação, eleição, designação ou delegação.
- (C) apenas aqueles que possuem vínculo estatutário com a Administração pública.
- (D) apenas aqueles detentores de mandato eletivo.
- (E) apenas aqueles com vínculo laboral com a Administração, celetista ou estatutário, e os detentores de mandato eletivo.

16) (Agente Técnico Legislativo/SP- 2010) A respeito das entidades integrantes da Administração indireta, é correto afirmar que

- (A) as autarquias, as fundações, as empresas públicas e as sociedades de economia mista estão sujeitas ao regime jurídico de direito público.
- (B) as empresas públicas e as sociedades de economia mista sujeitam-se ao regime de direito privado, exceto no que diz respeito às obrigações tributárias e trabalhistas.
- (C) as autarquias possuem as mesmas prerrogativas das pessoas jurídicas públicas políticas, exceto no que diz respeito à penhorabilidade de seus bens.
- (D) as sociedades de economia mista são constituídas de acordo com as regras do direito privado e submetem-se à legislação trabalhista, tributária, civil e societária, porém a sua criação depende de prévia autorização legislativa.
- (E) todas elas submetem-se ao mesmo regime jurídico das entidades integrantes da Administração direta, exceto para as empresas públicas e as sociedades de economia mista no que diz respeito ao regime trabalhista de seus empregados, que é o mesmo aplicável às empresas privadas.

DIREITO CIVIL

17) (TRE/TO-2011) Marta possui dezesseis anos de idade e reside com sua mãe, Julia, já que seu pai é falecido. Julia pretende fazer cessar a incapacidade civil de Marta. Neste caso, Julia

- (A) deverá fazê-lo através de procedimento judicial adequado visando sentença proferida em juízo.
- (B) poderá fazê-lo mediante instrumento público, independentemente de homologação judicial.
- (C) poderá fazê-lo mediante instrumento público, desde que submetido à homologação judicial.
- (D) não poderá fazê-lo em razão do falecimento do pai de Marta.
- (E) não poderá fazê-lo uma vez que Marta possui dezesseis anos de idade.

18) (TRE/PE-2011) Preconiza o Código Civil Brasileiro, que o instituto da lesão ocorrerá quando

- (A) houver declaração de vontade emanada de erro substancial que poderia ser percebido por pessoa de diligência normal, em face das circunstâncias do negócio.
- (B) alguém, premido da necessidade de salvar-se de grave dano conhecido pela outra parte, assume obrigação excessivamente onerosa.

(C) alguém, premido da necessidade de salvar-se de grave dano conhecido pela outra parte, obriga a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta.

(D) houver a transmissão gratuita de bens ou remissão de dívida, praticados por devedor já insolvente.

(E) uma pessoa, sob premente necessidade, ou por inexperiência, se obriga à prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta.

19) (TRE/RN-2011) Núbia é funcionária pública da Prefeitura Municipal da Cidade A, onde exerce suas atividades inerentes ao cargo público que ocupa. Reside com seus filhos na cidade vizinha B, mas como seu marido, em razão de trabalho, reside na cidade vizinha C, Núbia passa parte da semana dormindo nesta cidade. De acordo com o Código Civil brasileiro, o Domicílio Civil de Núbia é a cidade

(A) A ou C.

(B) B ou C.

(C) A, apenas.

(D) B, apenas.

(E) C, apenas.

20) (TRF/1ª Região-2011) Um saco de cimento e um saco de arroz são bens

(A) fungível e infungível, respectivamente.

(B) infungível e fungível, respectivamente.

(C) infungíveis.

(D) fungíveis.

(E) não consumíveis.

21) (TRT/ 14ª Região-2011) Não corre a decadência, nem a prescrição contra os

(A) que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade.

(B) maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.

(C) ébrios habituais e os viciados em tóxicos.

(D) que, por deficiência mental, tenham o discernimento reduzido.

(E) pródigo

22) (TJ/PA-2009) Entendendo-se que os negócios bilaterais, isto é, os que decorrem de acordo de mais de uma vontade são contratos, pode afirmar que:

(A) o princípio da autonomia da vontade esbarra sempre na limitação criada por lei de ordem pública, nos costumes e nas regras morais não reduzidas a escrito mas aceitas pelo grupo social.

(B) o princípio da obrigatoriedade das convenções não encontra limite, nem mesmo diante de caso de força maior ou caso fortuito.

(C) os princípios estabelecidos pela ordem pública podem, em determinadas circunstâncias, ser alterados por convenção entre particulares.

(D) o princípio da relatividade das convenções contém a idéia de que os efeitos do contrato não produzem efeitos apenas entre os contratantes, podendo atingir terceiros.

(E) para estabelecer a igualdade no contrato, o legislador criou normas limitadoras da liberdade das partes, que não são absolutas, ainda que de ordem pública, caso a celebração da avença contenha relevantes motivos de ordem moral.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

23) (TRE/TO-2011) Mara é juíza de direito. Neste mês recebeu através da distribuição três processos: **A**, **B** e **C**. No processo **A** o advogado do autor é o marido de Mara. No processo **B** uma das partes é inimiga capital de Mara e no processo **C** a autora é empregada de Mara. Nestes casos, Mara está impedida de exercer as suas funções

- (A) no processo A.
- (B) no processo B
- (C) no processo C.
- (D) nos processos A e B.
- (E) nos processos A e C.

24) (TRE/PE-2011) No tocante ao procedimento ordinário, considere as seguintes assertivas a respeito das respostas do réu:

- I. A contestação e a reconvenção serão oferecidas simultaneamente, em peças autônomas; a exceção será processada em apenso aos autos principais.
- II. O réu pode reconvir ao autor no mesmo processo, toda vez que a reconvenção seja conexa com a ação principal. Pode o réu, em seu próprio nome, reconvir ao autor, quando este demandar em nome de outrem.
- III. É lícito a qualquer das partes arguir, por meio de exceção, o impedimento ou a suspeição. Este direito pode ser exercido em qualquer tempo, ou grau de jurisdição.
- IV. Oferecida a reconvenção, o autor reconvinado será intimado, na pessoa do seu procurador, para contestá-la no prazo de dez dias.

De acordo com o Código de Processo Civil, está correto o que consta APENAS em

- (A) III e IV.
- (B) I, II e III.
- (C) I e III.
- (D) I e IV.
- (E) II, III e IV.

25) (TRF/1ª Região-2011)
Considere:

- I. Inépcia da petição inicial.
- II. Conexão.
- III. Defeito de representação.
- IV. Convenção de arbitragem.

V. Falta de caução que a lei exige como preliminar.

De acordo com o Código de Processo Civil brasileiro, o juiz conhecerá de ofício as matérias enumeradas SOMENTE em:

- (A) I, II e V.
- (B) I, II, III e V.
- (C) I, II, IV e V.
- (D) III e IV.
- (E) II, III e V.

26) (TRE/RN-2011) Gabriel, Joana e Bruna são testemunhas processuais do processo G. Gabriel é neto da autora. Joana não é parente de nenhuma das partes mas já foi condenada por crime de falso testemunho com sentença transitada em julgado. E, Bruna, também sem vínculos familiares, possui interesse no litígio. Segundo o Código Civil brasileiro, para testemunhar na lide, Gabriel, Joana e Bruna são, respectivamente,

- (A) impedido, suspeito e suspeito.
- (B) suspeito, impedido e suspeito.
- (C) impedido, suspeito e impedido.
- (D) impedido, impedido e suspeito.
- (E) suspeito, suspeito e impedido.

27) (TRT/14ª Região-2011) A petição inicial NÃO poderá

- (A) conter pedido genérico, mesmo se a determinação do valor da condenação depender de ato que deva ser praticado pelo réu.
- (B) ser considerada inepta quando da narração dos fatos não decorrer logicamente a conclusão.
- (C) ser aditada depois da citação sem o consentimento do réu, mesmo se o autor arcar com as custas acrescidas em razão dessa iniciativa.
- (D) ser considerada inepta quando contiver pedidos incompatíveis entre si.
- (E) conter mais de um pedido em ordem sucessiva, a fim de que o juiz conheça do posterior, em não podendo acolher o anterior.

28) (TRT/14ª Região-2011) A respeito da audiência de instrução e julgamento, considere:

- I. A audiência poderá ser adiada, somente um vez, por convenção das partes.
- II. Quem der causa ao adiamento responderá pelas despesas acrescidas.
- III. Em virtude da amplitude do direito de defesa, o juiz não poderá, ouvidas as partes, fixar os pontos controvertidos sobre os quais incidirá a prova.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I.
- (B) I e II.
- (C) I e III.
- (D) II e III.
- (E) III.

29) (METRÔ/SP-2012) Considere:

- I. Presunção de procedência das alegações de direito do autor.
- II. Desnecessidade de intimação dos atos ulteriores do procedimento ao revel sem procurador constituído nos autos.
- III. Presunção de veracidade das alegações fáticas do autor na petição inicial.
- IV. Possibilidade do juiz conhecer diretamente do pedido, proferindo sentença.

Incluem-se, em regra, dentre os efeitos da revelia, os indicados APENAS em

- (A) II, III e IV.
- (B) I, II e IV.
- (C) I e III.
- (D) II e IV.
- (E) II e III.

30) (TJ/PA-2009) O juiz NÃO concederá a antecipação da tutela pretendida do pedido inicial se

- (A) houver fundado receio de dano de difícil reparação.
- (B) houver fundado receio de dano irreparável.
- (C) ficar caracterizado o abuso do direito de defesa.
- (D) houver perigo de irreversibilidade do provimento antecipado.
- (E) ficar caracterizado o manifesto propósito protelatório do réu.

31) (TJ/PA-2009) Jurisdição é

- (A) a faculdade atribuída ao Poder Executivo de propor e sancionar leis que regulamentem situações jurídicas ocorridas na vida em sociedade.
- (B) a faculdade outorgada ao Poder Legislativo de regulamentar a vida social, estabelecendo, através das leis, as regras jurídicas de observância obrigatória.
- (C) o poder das autoridades judiciárias regularmente investidas no cargo de dizer o direito no caso concreto.
- (D) o direito individual público, subjetivo e autônomo, de pleitear, perante o Estado a solução de um conflito de interesses.
- (E) o instrumento pelo qual o Estado procede à composição da lide, aplicando o Direito ao caso concreto, dirimindo os conflitos de interesses.

32) (TJ/PA-2011) Extingue-se o processo com resolução de mérito, quando

- (A) o juiz pronunciar a prescrição.
- (B) o juiz acolher a alegação de perempção.
- (C) não ocorrer a possibilidade jurídica do pedido.
- (D) o autor desistir da ação.
- (E) o juiz acolher a alegação de coisa julgada

DIREITO PENAL

33) (TRE/AP-2011) De acordo com o Código Penal NÃO é causa de extinção da punibilidade a

- (A) reparação do dano posterior à sentença irrecorrível no crime de peculato culposo.
- (B) morte do agente.
- (C) anistia.
- (D) prescrição.
- (E) retroatividade de lei que não mais considera o fato como criminoso.

34) (METRÔ/SP-2008) Considere as seguintes penas:

- I. reclusão.
- II. limitação de fim de semana.
- III. multa.
- IV. perda de bens e valores.
- V. prestação pecuniária.

São penas restritivas de direito SOMENTE

- (A) I e II.
- (B) III e V.
- (C) I, II e IV.
- (D) I, II e III.
- (E) II, IV e V.

35) (TRE/PE-2011) De acordo com o Código Penal brasileiro,

- (A) não há distinção entre autores, co-autores e partícipes, que incidem de forma idêntica nas penas cominadas ao delito.
- (B) os autores, co-autores e partícipes incidem nas penas cominadas ao delito na medida de sua culpabilidade.
- (C) ao autor principal será obrigatoriamente imposta pena mais alta que a dos co-autores e partícipes.
- (D) ao autor principal e aos co-autores será obrigatoriamente imposta pena mais alta que a dos partícipes.
- (E) ao autor principal será imposta a pena prevista para o delito, sendo que os co-autores e os partícipes terão obrigatoriamente a pena reduzida de um sexto a um terço.

36) (TRE/RN-2011) João subtraiu, mediante destreza, a carteira do bolso de Paulo, contendo R\$ 1.000,00 em dinheiro.

Nesse caso, o sujeito passivo do crime é

- (A) o Estado.
- (B) Paulo.
- (C) o patrimônio.
- (D) a paz pública.
- (E) a coletividade.

37) (TRE/RN-2011) Quando o agente dá início à execução de um delito e desiste de prosseguir em virtude da reação oposta pela vítima, ocorre

- (A) arrependimento eficaz.

- (B) crime consumado.
- (C) fato penalmente irrelevante.
- (D) desistência voluntária.
- (E) crime tentado.

38) (TJ/PA- 2009) Se diante de um determinado fato delitivo, verificar-se que há dolo na conduta inicial e culpa no resultado final, pode se dizer que se configurou crime:

- (A) doloso puro.
- (B) preterdoloso.
- (C) doloso misto.
- (D) culposo misto.
- (E) doloso alternativo.

DIREITO TRIBUTÁRIO

39) (METRÔ/SP- 2012) Considere:

- I. O legislador não tem competência para criar o tributo em hipóteses que se encontram fora do campo de incidência descrito no texto constitucional.
- II. A constituição proíbe que o legislador crie tributo sobre determinadas situações que, em tese, estariam incluídas no campo de incidência do texto constitucional.
- III. Favor fiscal através do qual há dispensa legal do pagamento do tributo devido, com o objetivo de atendimento de políticas voltadas ao interesse público.

Os conceitos acima se referem, respectivamente, à

- (A) não incidência, isenção e imunidade.
- (B) imunidade, isenção e não incidência.
- (C) isenção, não incidência e imunidade.
- (D) imunidade, não incidência e isenção.
- (E) não incidência, imunidade e isenção.

40) (METRÔ/SP-2012) Considere:

- I. Parcelamento.
- II. Remissão.
- III. Conversão de depósito em renda.
- IV. Anistia.

São hipóteses de extinção do crédito tributário as indicadas SOMENTE em

- (A) I e IV.
- (B) II e III.
- (C) I e III.
- (D) II e IV.
- (E) III e IV.

41) (ADVOGADO SABESP/2012) Sobre o tema tributário, analise as afirmações abaixo.

I. As contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico podem ter alíquotas genéricas, tendo por base o faturamento, a receita líquida e a natureza da operação.

II. A lei complementar poderá estabelecer critérios especiais de tributação, com o objetivo de prevenir desequilíbrios da concorrência, sem prejuízo da competência de a União, por lei, estabelecer normas de igual objetivo.

III. As taxas, em casos específicos, previstos em lei ordinária, poderão ter base de cálculo própria dos impostos.

IV. Cabe à União, entre outros casos, mediante lei complementar, instituir empréstimos compulsórios para atender despesa extraordinária decorrente de calamidade pública.

Estão corretas APENAS as afirmações

(A) I e III.

(B) II e IV.

(C) III e IV.

(D) I, II e III.

(E) I, II e IV.

42) (TRF/2ª Região-2012) Em relação às taxas, é correto afirmar:

(A) Para ser cobrada pelo Distrito Federal, dentre outras esferas da organização político-administrativa, no âmbito de suas respectivas atribuições, seu fato gerador é também o exercício do poder de polícia.

(B) A competência residual permite a cobrança da taxa com base de cálculo idêntica à dos impostos, ou cuja base de cálculo esteja em função do capital das empresas.

(C) Esse tributo pode ter como fato gerador a prestação de um serviço público, indivisível e efetivo, mas não aquele colocado à disposição do contribuinte, ainda que de uso compulsório.

(D) O referido tributo independe de uma atuação estatal, como o exercício do poder de polícia da Administração Pública federal, estadual ou municipal.

(E) É classificada entre os tributos não-vinculados e indiretos, confundindo-se, de regra, com os preços públicos.

43) (TRF/2ª Região-2012) Tendo em vista as espécies tributárias e as limitações ao poder de tributar, analise:

I. Para a determinação da espécie tributária, são relevantes ou imprescindíveis a denominação do tributo, sua característica formal ou a destinação legal do produto da arrecadação.

II. A bitributação exprime a exigência da mesma imposição fiscal por duas vezes e a expressão *bis in idem* significa tributo repetido sobre a mesma coisa, isto é, exigência de um imposto duas vezes.

III. As contribuições para a Previdência Social e para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, dentre outras, é de natureza tributária, aplicando-se-lhes as normas gerais de Direito Tributário na sua cobrança e instituição.

Nesses casos, está correto SOMENTE o que consta em

- (A) II.
- (B) I e II.
- (C) I e III.
- (D) II e III.
- (E) I.

44) (TRF/2ª Região-2012) Dentre outros, são impostos do Distrito Federal e da União, respectivamente, aqueles

- (A) sobre propriedade de veículos automotores e sobre transmissão *causa mortis*, de bens ou direitos.
- (B) sobre operações de crédito e câmbio e sobre prestação de serviços de comunicações.
- (C) sobre doação de quaisquer bens ou direitos e sobre operações relativas a títulos ou valores imobiliários.
- (D) referentes ao exercício da competência residual e sobre operações relativas a prestação de serviço de transporte interestadual.
- (E) sobre produtos industrializados e sobre doação de bens móveis, imóveis ou de direitos.

Nº de inscrição: _____



PODER JUDICIÁRIO

Questão discursiva

Discorra sobre a competência da Justiça Federal na Constituição Federal.

Área reservada para a resposta da questão discursiva, atualmente em branco.